

A propósito de uma “Construção Interrompida”¹

José Luís Fiori

“A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisão. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente.”

Celso Furtado (1992).

1. A maior homenagem que se pode fazer a um intelectual é reconhecer a atualidade e fecundidade permanente do seu pensamento. A sua capacidade demonstrada de analisar e antecipar os acontecimentos, captando as tendências estruturais e de longo prazo da história e de provocar, de forma permanente, o pensamento dos seus contemporâneos. Isto é o que se pode dizer da obra de Celso Furtado, que soube manter-se permanentemente fiel à sua própria concepção de que “aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão” (Furtado, 1984: 30-31). Tal consciência e tal compromisso dão seriedade ainda maior à sua preocupação com as conseqüências de longo prazo da nova estratégia econômica liberal dos governos brasileiros na década de 90. Sua advertência, no livro “Brasil – a Construção Interrompida”, é muito clara: “Na lógica da ordem econômica internacional emergente parece ser relativamente modesta a taxa de crescimento que corresponde ao Brasil. Sendo assim, o processo de formação de um sistema econômico nacional já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional” (Furtado, 1992: 13). Diagnóstico que o leva a concluir e advertir, no plano político, que “num país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais, na ordenação das atividades econômicas, conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional” (Furtado, 1992: 35).

(1) Este é o texto da conferência feita no Seminário “Celso Furtado e o Brasil”, promovido pela Fundação Perseu Abramo e realizado em Belo Horizonte, nos dias 22 e 23 de novembro de 1999.

2. Uma previsão frustrante, se tivermos presentes um conceito e uma hipótese que atravessam o trabalho teórico e as análises históricas de Celso Furtado e, ao mesmo tempo, reaparecem como condição essencial do seu projeto político-econômico: sua concepção e seu projeto de uma “formação econômica nacional”, e sua hipótese de que ela só se concluiria com a criação “dentro do território brasileiro, de um sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se (...) [através] de centros de decisão consistentes e autônomos” (Furtado, 1975: 79). Esta premissa sustenta sua convicção de que a formação de um sistema econômico nacional brasileiro teria três condições indispensáveis: a primeira seria a criação e fortalecimento de “centros endógenos de decisão” capazes de dar-nos “a faculdade de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades estabelecidas por nós mesmos” (Furtado, 1984: 108); a segunda seria que este processo fosse acompanhado por uma crescente homogeneização da sociedade, capaz de abrir espaço para a realização do potencial da cultura brasileira; e a terceira, finalmente, que a própria idéia da “formação” se fizesse “vontade coletiva” e projeto político capaz de acumular a força indispensável para transformar a agenda das prioridades nacionais em dimensão política do cálculo econômico. Para Celso Furtado, este era um processo em pleno curso – pelo menos desde os anos 30 – que foi atropelado pelas transformações mundiais que se aprofundaram a partir da década de 70 e interrompido pelas políticas e reformas liberais levadas a cabo pelos governos brasileiros da década de 90. “A perda de controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram lugar a uma situação nova em que a própria idéia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo”. Quando, na verdade, segundo Furtado, “a atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. E a questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente” (Furtado, 1992: 24). E isto porque, como o próprio Furtado já dissera muito antes, “debilitar o Estado como centro de decisões independente dos conglomerados internacionais não significa, na América Latina, fortalecer a iniciativa privada; significa, sim, renunciar à formação de um sistema econômico nacional, isto é, um sistema de produção articulado em função dos interesses da coletividade nacional” (Furtado, 1975: 55). Daí sua conclusão de que o Brasil, ao estar assistindo neste final de século, ao desaparecimento de sua “esperança de desenvolvimento”, também está perdendo a expectativa e a vontade coletiva que foram decisivas para a construção e preservação de sua unidade e – apesar de sua crise quase permanente – do seu próprio pacto federativo. Por isso não o surpreende a multiplicação recente dos conflitos verticais e horizontais que

vêm erodindo, sobretudo nesta década de 90, os laços de solidariedade inter-regional, indispensáveis ao funcionamento de qualquer república federativa.

3. A própria obra de Celso Furtado fornece os elementos que pretendemos utilizar para prolongar sua reflexão, discutindo alguns aspectos da “formação nacional brasileira”. Nosso objetivo é sustentar a hipótese de que existem contradições na forma de inserção internacional e de organização interna da sociedade brasileira que foram responsáveis por uma espécie de inconclusividade “originária e crônica” do projeto de construção da nossa autodeterminação econômica e política. Neste caso, poder-se-ia dizer, inclusive, que foi um interregno desenvolvimentista – entre 1930 e 1980 – que despertou as esperanças e criou a expectativa de que já tivessem se fortalecido e autonomizado, durante este período, “centros internos de poder” dispostos a completar e operar um “sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se”. Se esta hipótese for correta, também poder-se-ia dizer que a década de 90 não foi apenas uma interrupção de um processo lento mas contínuo de “formação” ou “construção nacional”, mas o fechamento de um parêntese e o retorno aos trilhos de um caminho que começou a ser construído muito antes e que vem sendo percorrido pelo menos desde o “advento do núcleo industrial, na Europa do século XVIII, e que provocou uma ruptura na economia mundial da época, passando a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da Terra” (Furtado, 1961: 178). Para refletir sobre esta hipótese devemos partir da própria visão de Furtado sobre o desenvolvimento capitalista. Ele estiliza esta história, em vários momentos de sua obra, identificando a existência – como “tipos ideais” – de duas etapas fundamentais do “modelo clássico” de desenvolvimento histórico de longo prazo do capitalismo. A primeira, mais prolongada, deu-se quando a mão-de-obra era abundante e o progresso tecnológico lento, incremental e quase vegetativo. E a segunda, que se desenvolve a partir da revolução tecnológico-industrial que colocou o norte da Europa, definitivamente, no epicentro da economia capitalista mundial. O mesmo recorte histórico Celso Furtado utiliza para analisar a inserção internacional e a evolução estrutural da economia brasileira, sobretudo durante a sua “segunda etapa”, depois da “revolução industrial”. Sua tese já é clássica e bem conhecida, mas vale lembrá-la como ponto de partida de nossa hipótese. No seu livro *Cultura e Desenvolvimento*, publicado em 1984, Furtado nos ensina que “a história do capitalismo industrial está marcada pela formidável expansão geográfica do seu núcleo central ocorrida na fase inicial” e que “o sistema de divisão internacional do trabalho é fruto deste núcleo industrial original, em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes e de criar novas linhas de comércio”. Neste processo, “a iniciativa esteve com as economias que se industrializaram e geravam o progresso técnico; a

acumulação rápida que nelas tinha lugar constituía o motor das transformações que iam se produzindo em todas as partes. As regiões que neste quadro de transformações tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema” (Furtado, 1984: 109-110). Foi neste mesmo momento que se formaram e consolidaram, segundo Furtado, as condições originárias do subdesenvolvimento, que ele define como uma “situação estrutural que reproduz permanentemente a assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita de uns poucos (os modernos e modernizantes) que estão de fato integrados no mundo desenvolvido, e as debilidades estruturais do capitalismo periférico”. Dualidade responsável pela limitada difusão do progresso tecnológico, reforçada e reproduzida, permanentemente, pela dependência cultural de “elites” que sempre se apresentaram, através das gerações, como portadoras de projetos análogos de modernização da sociedade brasileira. Não nos interessa aqui, retomar o debate nem subscrever a tese econômica e sociológica de Furtado sobre as relações entre o consumo suntuário e o subdesenvolvimento.

4. O que propomos é apenas acompanhar – naqueles dois momentos históricos estilizados e nos dois espaços hierarquizados por Furtado – uma história paralela à da inovação e difusão tecnológica. A história da origem – extremamente complexa e prolongada – dos primeiros estados territoriais europeus, onde a formação dos mercados e do sistema capitalista – a um só tempo nacional e “global” – se combinou com “vocações territoriais” expansivas e competitivas. Este nascimento ocorreu na Europa, como todos sabem, entre os séculos XV e XVIII, a chamada era mercantilista, ou também, parcialmente, manufatureira. Foram três séculos de luta intra-européia e de competição colonial. Mas foi também o período em que se consolidou, na paz e na guerra, a tormentosa aliança entre os príncipes e os detentores do capital, ao mesmo tempo em que avançavam, com maior ou menor sucesso, os projetos de criação de “sistemas econômicos endógenos”. Também aqui se pode reconhecer uma ruptura, que ocorre entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, quando se altera a natureza e a hierarquia do núcleo político responsável pela administração de uma “economia-mundo” capitalista, que passa a nos incluir na forma de uma economia periférica, tal como aparece descrita e analisada por Celso Furtado. Mas as regras básicas de relacionamento entre os estados territoriais – e destes com o processo de expansão dos mercados e dos capitais privados – permaneceram e se prolongaram através dos séculos seguintes. Este é um ponto muito importante, não apenas porque introduziu o território brasileiro no “sistema colonial” português e, a partir daí, nos conflitos geopolíticos e econômicos europeus. Mas também porque contém algumas lições decisivas sobre os processos originários de

formação dos estados e dos sistemas econômicos territoriais que lograram se autodeterminar; lições que podem ser úteis para a discussão sobre a hipótese da “inconclusividade nacional brasileira”.

5. Os limites de uma conferência impedem uma releitura mais extensa e indispensável desta história e nos obrigam a uma síntese imediata e rápida do que consideramos mais importante para o nosso objetivo. Referimo-nos a alguns ensinamentos sobre os aspectos mais permanentes das relações entre os estados, os capitais privados e os processos simultâneos de “endogeneização nacional” e expansão imperial do capitalismo e do seu núcleo europeu interestatal de gestão política. Quais as principais lições desta história? Do nosso ponto de vista e sem querer ser exaustivos:

A primeira é que o casamento do Estado com o capitalismo é originário e indissolúvel, mas foi sempre mais estreito e expansivo em alguns Estados do que em outros;

A segunda é que os dois, ao nascerem juntos, constituíram, a um só tempo, os territórios e as economias “nacionais” e os impérios coloniais. Isto vai numa direção oposta ao senso comum, que tende a considerar que os Estados territoriais foram um freio permanente e impotente ao movimento de mundialização do capital. Quando, ao contrário, o que a história nos ensina desde o século XVI, é que, se o capital sempre teve uma propensão incontida à globalidade, os Estados territoriais originários já nasceram movendo-se – ou muito pouco depois de haverem-se formado, já se moviam – em direção à “extraterritorialidade” e à tentativa de constituição de impérios cada vez mais globais. Uma lei implacável com relação ao comportamento pelo menos dos que vieram a constituir-se no núcleo dominante do sistema interestatal. Lei de ferro que se manifesta de maneira originária e intensa durante todo o período de formação do sistema estatal: entre a guerra turco-veneziana que culmina na Paz de Buda, de 1503, “celebrada entre a Turquia, a Moldávia, Ragusa, Veneza, o Papado, a Boêmia-Hungria, a Polônia-Lituânia, Rodes, a Espanha, Portugal e a Inglaterra, o primeiro grande acordo internacional dos tempos modernos” (Tilly, 1996: 238), e a Guerra dos 30 Anos que culmina na Paz de Westphalia, de 1648, em geral considerada como data de nascimento do sistema interestatal. Período em que a expansão do domínio ibérico em direção à África e à Índia, trouxe a América para dentro da história europeia. Mas, depois disto, esta “lei de ferro” segue atuante nas disputas intra-europeias pelos novos territórios e enclaves coloniais. Conflitos que se mantiveram ativos, mesmo depois e muito mais à frente, empurrando e contendo a um só tempo a expansão do poder e da riqueza das Províncias Unidas, da França e da Inglaterra.

A terceira lição que podemos extrair, sobretudo do período “mercantilista” propriamente dito, é que a competição entre estes Estados originários não apenas incentivou políticas protecionistas e de monopolização comercial, mas ao mesmo tempo, acelerou os processos internos de “desregulação” e integração que deram origem aos mercados internos e aos primeiros sistemas econômicos “endógenos”. Segundo Eli Hecksher, inclusive, *“la fuerza indudablemente más poderosa del mercantilismo se proyectaba hacia dentro y no hacia fuera; se dirigía contra los organismos sociales todavía más delimitados, contra las ciudades, las provincias, los países y las corporaciones que habían imperado en la vida social a lo largo de la Edad Média. Así considerado, el mercantilismo fué, ante todo, un sistema unificador”* (Hecksher, 1943: 6).

Em quarto lugar, a história nos ensina que – pelo menos até hoje –, se esta propensão à constituição de um império universal nunca se realizou, foi porque cada novo avanço de cada um destes poderes políticos e territoriais dominantes encontrou-se e confrontou-se com várias outras “vocações” iguais e contrárias. E foi a existência simultânea destas várias vocações iguais e contrárias que permitiu o surgimento de um sistema de “equilíbrio de poder” e “hegemonia”, que foi sempre transitório e que acabou sendo chamado de “ordem mundial”. Foi por isto que Max Weber associou, de forma indissolúvel, a expansão capitalista à competição entre os Estados, de tal maneira que, se esta fosse substituída por um império universal, o capitalismo também acabaria. Uma hipótese radical e provocadora, mas extremamente interessante para aqueles que sonham ainda hoje com um capitalismo global, sem Estados e homogeneizador da riqueza mundial.

Em quinto lugar, a história nos ensina que a competição entre os Estados estimulou e estreitou, permanentemente, a aliança entre os mercadores, os banqueiros e os príncipes, na medida em que se transformou numa formidável alavanca de acumulação de riqueza, configurando o próprio espaço em que sempre se moveram os “grandes predadores” de que nos fala Fernand Braudel. O lugar onde – na expressão de Giovanni Arrighi – “o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político (...) e onde poderemos desvendar (...) o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir ‘indefinidamente’ nos últimos 500 ou 600 anos, antes e depois de suas incursões nos domicílios ocultos da produção” (Arrighi, 1995: 25).

A sexta lição que nos oferece a história passada é que a relação de competição entre esses “blocos”, formados pela aliança entre Estados e capitais privados, acabou gerando uma estrutura hierarquizada de poder e riqueza dentro do próprio núcleo central do sistema, no coração da Europa, e criando ao mesmo tempo um conjunto de territórios e economias – que às vezes são chamados semiperiféricos – dentro da própria Europa.

Por fim, a sétima lição que se pode extrair do casamento entre o capital e os Estados territoriais originários é que a competição de que estivemos falando se deu dentro de um conjunto muito limitado de Estados que, na sua origem, estavam no norte da Europa e cujo número e identidade se modificou muito pouco através dos séculos. Um pequeno número de jurisdições políticas autônomas que pode ser considerado como o “núcleo orgânico” de gestão política do capitalismo, mesmo quando movido por longas e periódicas guerras. Núcleo de gestão cuja competição interna, na guerra e na paz, foi absolutamente decisiva para a expansão dos mercados, a difusão do progresso tecnológico e a acumulação e distribuição da riqueza mundial. E nesse sentido, foi igualmente decisiva para a criação das “janelas de oportunidade” que permitiram – quando bem aproveitadas – o aumento da participação na riqueza mundial de alguns poucos Estados e territórios situados fora do núcleo central do sistema.

6. Como no modelo sequencial de Furtado, também nesta história da formação e competição político-econômica entre os Estados territoriais ocorreu uma inflexão decisiva na primeira metade do século XIX. Trata-se de uma conseqüência da revolução industrial, mas também das revoluções políticas francesa e norte-americana e da vitória inglesa sobre as pretensões francesas, primeiro na Índia e depois na própria Europa. Foram estas vitórias que permitiram à Inglaterra transformar seu poder econômico ascendente numa nova forma do poder mundial – a hegemonia – que lhe permitiu impor sua liderança à Europa e ao mundo com base na superioridade material, na força ideológica do seu projeto liberal e, sobretudo, no poder expansivo e articulador das suas finanças, exercido no contexto do primeiro Sistema Monetário Internacional – o padrão-ouro – lastreado pela sua moeda, a libra.

Esta nova forma de supremacia inglesa – que começou de fato no século XVIII e prolongou-se pacificamente (na Europa), depois da derrota de Bonaparte, ao longo do século XIX – não impediu, entretanto, a recomposição do núcleo central do sistema e o retorno de uma competição econômica e política, que acabou desembocando na corrida imperialista e nas duas guerras que destruíram a possibilidade de um império mundial inglês. É interessante notar que a própria expansão inglesa foi responsável pela constituição e fortalecimento dos Estados e das economias que acabaram equiparando-se à Inglaterra e impondo-lhe uma situação de equilíbrio e, mais tarde, uma nova hegemonia mundial. Neste segundo período desta história política – paralelo à segunda etapa do desenvolvimento de que nos fala Furtado – que se encerra com a Primeira Guerra Mundial, mantêm-se, portanto, as mesmas regras fundamentais de funcionamento anterior do sistema interestatal. Mas, ao mesmo tempo, ocorrem três grandes novidades – paralelas à Segunda Revolução Industrial e ao nascimento do *modern capitalism*,

duas das quais têm importância decisiva para a discussão do nosso problema brasileiro. Em primeiro lugar, o núcleo europeu expande-se e abre suas portas, pela primeira vez, a dois Estados situados fora do seu território, os Estados Unidos e o Japão, ao mesmo tempo em que se consolidava, dentro do seu território, um novo poder político capaz de impor sua supremacia na Europa Central, combinando sua unificação territorial com uma estratégia nacional de desenvolvimento capitalista que se transformou em paradigma entre os casos de industrialização tardia. Mais importante do que isto, para nós, entretanto, é a forma como se deu a legitimação das estratégias econômicas de tipo “neomercantilista” utilizadas por alguns Estados ou potências emergentes, em pleno auge da hegemonia ideológica do liberalismo econômico. É quando se constrói e impõe uma nova idéia-força – pelo menos no plano simbólico – que propõe a homogeneização, unificação e mobilização de populações que haviam deixado recentemente a condição da servidão: o nacionalismo. Foi neste momento e nos países atrasados onde o Estado e o capitalismo se constituíram tardiamente – sobretudo no que se pode chamar de “semiperiferia” européia – que o nacionalismo assumiu a forma de um projeto consciente e de uma vontade política coletiva e, portanto, também popular. Vontade que fez da homogeneização social e cultural, da “endogeneização econômica” e da industrialização sinônimos de “construção nacional”. Se excluirmos a Itália, pode-se dizer que foi quase na mesma região em que já se dera a “segunda servidão” e onde Perry Anderson já identificara, no século XVII, a formação de um absolutismo original, em que a função do poder centralizado foi, sobretudo, “*défendre la position de classe de la noblesse féodale, à la fois contre ses rivaux de l’extérieur et contre ses propre paysans*” (Anderson, 1978: 270). E onde, no século XVIII, o “despotismo ilustrado” de Pedro, o Grande, Catarina II e Frederico II, espelhou-se no modelo europeu, transformando Voltaire no primeiro “consultor internacional” que se propôs ajudar a modernização russa. É neste espaço, em particular na Rússia, Hungria, Polônia, Boêmia, Prússia e, depois, Alemanha, que foi necessário traduzir – no século XIX – a visão e a linguagem “elitista” do mercantilismo sobre as relações do poder com a riqueza, para que as desigualdades sociais se dissolvessem numa estratégia comum de consolidação territorial e expansão das forças produtivas. Como diz Pierre Deyon, o mercantilismo originário foi “amoral e arreligioso considerando a atividade econômica unicamente como uma fonte de riqueza e de poder e despojando as relações entre os indivíduos de todo idealismo cristão... sendo difícil encontrar na literatura mercantilista qualquer preocupação pelos infelizes, e uma filosofia da felicidade terrena para a maioria” (Deyon, 1973: 83, 86).

Não é casual que tenha sido o austríaco Otto Bauer quem escreveu “A Questão Nacional e a Social-Democracia”, a principal obra marxista sobre a “questão das nacionalidades”, publicada em 1907, enquanto seu conterrâneo

Rudolf Hilferding escrevia sobre o Capital Financeiro e iniciava-se o debate sobre a economia política do Imperialismo. Tudo isto na mesma região que foi o berço do socialismo revolucionário e o epicentro político e cultural da “primavera dos povos” e da luta das novas “nações” contra o poder dos Impérios que controlavam a Europa Central e dividiam o território que veio a se transformar na Itália.

A história mais recente do século XX é mais conhecida e difícil de ser sintetizada. Mas, apesar disto, em grandes linhas, pode-se afirmar que depois de 1945, de novo, as regras básicas desta história de “longa duração” do sistema interestatal voltam a se manifestar na expansão imperial norte-americana. Expansão que esbarra na União Soviética, mantendo-se durante 25 anos uma competição interestatal bipolarizada, onde um dos competidores se colocava fora e contra as regras do próprio sistema econômico controlado pelos Estados Unidos. Mais recentemente, depois da década de 70, começa uma lenta mudança do quadro econômico e político mundial, mudança cuja história e complexidade escapa às dimensões desta conferência, mas que foi longamente tratada no nosso livro “Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização” (Tavares & Fiori, 1977). O que parece cada vez mais claro, entretanto, e que acompanha e prolonga as tendências anteriores é que, primeiro na Europa Ocidental, depois na Ásia e agora na Europa Central e na Rússia – à sombra de uma gigantesca supremacia imperial anglo-saxônica –, vai ocorrendo um lento processo de reconstrução daquilo que provavelmente virá a ser, no século XXI, o novo núcleo central de gestão político-estatal de um capitalismo que segue seu movimento implacável de centralização e globalização.

7. Como utilizar estas lições da história para retomar e repensar a questão proposta por Celso Furtado sobre a interrupção do processo de construção nacional no Brasil nas últimas duas décadas do século XX? Primeiro, sublinhando, junto com Furtado, a permanente excentricidade do nosso país com relação à dinâmica do núcleo central da economia capitalista e do seu sistema competitivo de gestão interestatal. Uma posição periférica que pesou decisivamente no nosso desenvolvimento tecnológico, na evolução da nossa estrutura produtiva e na reprodução da nossa fragilidade financeira. Posição periférica que se consolidou no mesmo momento em que se dava a segunda revolução industrial, junto com um processo de acelerada centralização e monopolização do capital e acirramento da competição imperialista. Uma excentricidade – e esse é o nosso ponto – que nos transformou numa peça secundária e quase passiva da geopolítica do núcleo central, deixando-nos à margem da competição interestatal que funciona há muito tempo – como vimos com Weber e Braudel – como um elemento estratégico da multiplicação da riqueza capitalista. Mas, por outro lado, a nossa inserção como periferia

econômica e geopolítica e a formação do nosso Estado imperial ocorreram simultaneamente – portanto sem “atraso gregoriano” – com a industrialização da semiperiferia européia, que estava impondo ao núcleo central do sistema alguns novos sócios; e estes utilizaram, como vimos – na contramão da hegemonia ideológica liberal – a idéia-força de “nação”, como fundamento de um projeto de desenvolvimento econômico de tipo “neomercantilista”.

Já faz tempo que as análises comparativas, de tipo histórico-estrutural, tentam estabelecer e analisar as semelhanças e diferenças entre estes dois desenvolvimentos político-econômicos paralelos utilizando-se, sobretudo, dos conceitos de “via prussiana” e de “capitalismos ou industrializações tardias”. Mas não há dúvida que a comparação mais rica ainda segue sendo aquela entre o desenvolvimento econômico, social e cultural do capitalismo na Rússia, depois da abolição da servidão, e o desenvolvimento do nosso capitalismo brasileiro, depois da abolição da escravidão. Isto porque a Rússia, ao contrário da Alemanha, além de ser tardia era semiperiférica com relação ao capitalismo do norte da Europa. Assim, do nosso ponto de vista, foram a analogia e o paralelismo com o desenvolvimento de uma economia russa dependente do Estado e do capital financeiro internacional – muito mais do que com a “via prussiana” alemã – que colocaram a tese de Gershenkron sobre o “capitalismo tardio” do Leste Europeu no centro do debate sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro. E foram a polêmica dos *narodniks* e as teses de Lenin e Trotsky – sobre a fragilidade e ambigüidade da burguesia “nacional” russa e o peso da massa camponesa e “subproletária” – que alimentaram as intuições centrais da teoria da “dependência associada” que aparece na América Latina, nos anos 60 e 70. E, finalmente, foi a história da *intelligentzia*, entendida como o “lugar” em que se deu a tentativa mais nítida, sintética e combativa de definição da identidade da “mãe Rússia” – esta vista como fundamento de um projeto nacional e popular de revolução social –, que se transformou no paradigma de referência para análise do papel da nossa própria intelectualidade que discute, desde a segunda metade do século XIX, sobre o que seja a “identidade nacional” brasileira e sobre como transformá-la em fundamento de um projeto de modernização econômica e social. Não há dúvida que é na produção literária desta intelectualidade e no retrato que fazem da vida social dos seus povos que se pode surpreender, de forma mais nítida, o sentimento de “atraso” das elites destes países com relação ao núcleo europeu que define os parâmetros da “alta cultura” e da “correta temporalidade” social e econômica. Ao mesmo tempo, é onde se pode reconhecer com mais facilidade a tensão permanente que divide tal intelectualidade entre o seu cosmopolitismo e o seu localismo, entre sua vida urbana e sua mitificação da vida rural, entre suas preocupações sociais universalistas e suas lealdades nacionais. (Schwartz, 1976; Arantes, 1992). A existência, nestas duas distintas periferias do centro econômico e cultural da modernidade capitalista européia, de tensões similares entre o social

e o nacional e entre o local e o internacional é que nos induz a pensar na utilidade da tese de Karl Polanyi – sobre o “duplo movimento” responsável pela Grande Transformação do capitalismo entre os séculos XIX e XX – para refletir sobre as semelhanças e especificidades do desenvolvimento destes países que fizeram suas intelectualidades viverem, desde sempre, um sentimento permanente de “inconclusividade nacional”.

Relembrando apenas, Karl Polanyi identifica a existência de um “duplo movimento” na história do capitalismo industrial e liberal, movimento que seria o resultado histórico da “ação de dois princípios organizadores da sociedade (liberal), cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o princípio do liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado auto-regulável, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre comércio como seus métodos. O outro foi o princípio da proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos” (Polanyi, 1980: 139). Polanyi reconhece, na sua história da “civilização liberal” do século XIX, a existência de uma hierarquia política e monetária internacional. Afinal, Karl Polanyi também era austro-húngaro e não podia ser insensível às desigualdades intra-européias; mas apesar disto não consegue se desfazer completamente do quebra-cabeças colocado pela forma desigual e territorial como se manifesta o seu “duplo movimento”. Por isto, ao descrever as mudanças da segunda metade do século XIX, conclui que “desde os anos 1870 observou-se uma mudança emocional, embora não houvesse uma ruptura correspondente nas idéias dominantes. O mundo continuava a acreditar no internacionalismo e na interdependência, enquanto agia sob os impulsos do nacionalismo e da auto-suficiência. O nacionalismo liberal se transformava num liberalismo nacional, com seus mercados se apoiando no protecionismo e no imperialismo na área externa e no conservadorismo monopolista na área interna. (...) Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo”. (Polanyi, 1980: 198). Isto apesar dele também se dar conta de que foi a Alemanha quem teve que se separar “...deliberadamente do sistema internacional de capital, mercadoria e moeda, de forma a diminuir a autoridade do mundo exterior sobre si mesma...” (p. 239), e de que, por outro lado, fora a Rússia, mais tarde, forçada “a seguir, relutantemente, os caminhos da auto-suficiência. [e onde o] socialismo em um único país foi originado pela incapacidade da economia de mercado em estabelecer uma ligação entre todos os países, o que parecia uma autarquia russa era apenas a morte do internacionalismo capitalista” (p. 242). Por isto, apesar de

perceber especificidades históricas e desigualdades territoriais, Karl Polanyi acaba sempre concluindo que, no longo prazo, na Europa, o protecionismo interno e externo, social e nacional tendeu a fundir-se.

8. Do nosso ponto de vista, os dois “princípios” de que fala Polanyi são universais porque são manifestações político-ideológicas de duas contradições essenciais – ou “materiais” – do próprio capitalismo: a contradição entre o capital e o trabalho e a contradição entre a globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade de sua gestão política. Esta não é sua maneira de ver e talvez por isto não consiga introduzir no seu modelo teórico o efeito do desenvolvimento territorial desigual do capitalismo, tanto quanto o efeito da competição e hierarquização do poder dos Estados nacionais. Como consequência, Polanyi tampouco trabalha e desenvolve a hipótese de que seu “duplo movimento” pudesse se manifestar por distintos tempos e formas, produzindo efeitos igualmente distintos nas várias sociedades nacionais. E é exatamente este o ponto que nos interessa sublinhar: apesar de sua universalidade, estes dois princípios atuam de forma completamente diferente fora do núcleo original (norte europeu) do sistema. Entretanto, para poder introduzir esta dimensão histórico-territorial, é necessário primeiro clarificar, conceitualmente, algumas distinções – básicas para o nosso objetivo – no raciocínio de Polanyi. A primeira é que o “segundo princípio” de Polanyi – o da “autoproteção social” – sempre teve duas faces, que ele mesmo reconhece, mas que não são necessariamente coincidentes ou convergentes. Por um lado, este segundo princípio atua e se identifica com os processos nacionais de autorregulação progressiva das relações sociais internas de cada país, que resultaram, na história de Polanyi, de uma politização das relações de classe, forçando uma lenta democratização dos sistemas políticos europeus. Mas este mesmo princípio também se manifestou sob a forma da regulação estatal das relações econômicas externas de cada país, voltada para a proteção dos seus sistemas econômicos nacionais. Autoproteção econômica que assumiu a forma – quase sempre – de políticas de tipo “neomercantilistas”. Mas, atenção: deve-se notar que esta mesma autoproteção da economia nacional pôde ser feita, no caso da potência hegemônica – ou de seus “sócios” mais próximos dentro do núcleo central –, através da defesa do livre-cambismo e de políticas “liberal-internacionalizantes”. Esta diferenciação é que nos permite aceitar e analisar – ainda nos termos de Polanyi – a constatação histórica de que as várias faces dos dois “princípios” se manifestaram de forma completamente diferente – na segunda metade do século XIX – dentro do seu núcleo originário e dominante e na sua “semiperiferia”. Essa é, do nosso ponto de vista, a explicação destas assimetrias e arritmias intra-européias que nos reconecta com as “lições históricas” a respeito da competição

entre os velhos Estados territoriais e os novos Estados nacionais, situados na semiperiferia européia, mais Estados Unidos e Japão.

Juntando as duas pontas do nosso raciocínio (num exercício muito elementar de exemplificação) é possível ver que – mesmo mantendo-nos dentro do espaço ampliado europeu – a principal força de sustentação do “princípio liberal internacionalizante” de que nos fala Polanyi, sempre foi o poder material e cultural da potência econômica dominante ou, no máximo, de um limitado número de Estados situados no topo da hierarquia do que chamamos de “núcleo central” do sistema político-econômico capitalista. Por outro lado, o segundo princípio – de autoproteção social – só se manifestou na forma de uma democratização progressiva das instituições políticas e de uma lenta regulação das relações sociais nestes mesmos países do núcleo central. Enquanto nos territórios situados na semiperiferia européia, onde foi mais intensa a autoproteção econômica nacional, também foi onde a regulação social ocorreu na forma de “surto”, mais concentrados no tempo e menos democráticos, até porque havia sido mais recente a desregulação dos mercados do trabalho e da terra e, portanto – como diz o próprio Polanyi –, “era a propriedade industrial e não mais a comercial que devia ser protegida, e não mais contra a Coroa mas contra o povo” (Polanyi, 1980: 223).

9. Também no Brasil, os mercados da terra, do trabalho e do dinheiro começam a consolidar-se na segunda metade do século XIX, no mesmo momento em que se concluíam nossa incorporação econômica como periferia dos mercados europeus e da hegemonia inglesa – exatamente o processo estudado por Celso Furtado. Nossa hipótese é que, nesta periferia, também existiu e segue atuante – na medida em que é coextensivo com o capitalismo – o “duplo movimento” de que nos fala Polanyi. Mas a forma com que se articulam, se desenvolvem e se manifestam os seus “dois princípios” contraditórios – liberal-internacionalizante e de autoproteção nacional; e de desregulação dos mercados e autoproteção social – é completamente diferente da Europa, apesar de que, também aqui, as diferenças tenham muito a ver com a forma como se deu, depois da Independência, a nossa inserção geopolítica e geoeconômica no mundo. São hipóteses muito incipientes e que estão no ponto de partida de uma pesquisa ainda por ser desenvolvida. Seria muito precipitado avançar além disto ou tentar evidenciar, de forma impressionista, o que estamos sustentando. Mas não é inútil nem impossível relembrar alguns pontos históricos que podem servir de orientação preliminar na construção da trilha futura desta investigação histórico-comparativa.

(i) Para começar, relembremos que, na chave de Furtado e Prebisch, nossa transformação em periferia econômica européia – na segunda metade do século XIX – ocorreu como contraface da expansão européia provocada pela revolução industrial. E, do nosso ponto de vista, esta expansão político-econômica do núcleo

central do sistema foi liderada pela força hegemônica do “princípio liberal-internacionalizante” e empurrada pela força expansiva da competição interestatal dentro da Europa. Uma conjuntura, portanto, em que a ação das forças liberais da potência hegemônica, não apenas estimulou o aparecimento e fortalecimento de forças e políticas protecionistas de tipo “neomercantilista” na semiperiferia européia, como permitiu e promoveu a expansão desigual, mas conjunta, do território econômico dos novos e velhos Estados nacionais. Expansão que assumiu a forma, por um lado, da segunda grande onda colonial européia – na África e na Ásia –, e por outro, da constituição não colonial da periferia econômica latino-americana.

(ii) Esta periferia, por sua vez, passa a ocupar um lugar *sui generis* dentro do sistema, porque já dispõe de um Estado territorial independente, mas onde a ação liberal-internacionalizante do *hegemon* e dos seus competidores não gera nenhum tipo de reação protecionista ou de expansionismo regional, como ocorreu com o Japão no Sudeste Asiático e também com os Estados Unidos. De maneira tal que os Estados nacionais deste novo tipo de periferia, não só não participam da competição interestatal, como tampouco sua competição regional ocupa lugar de destaque na multiplicação das suas riquezas nacionais. Como diz Charles Tilly, “os Estados da América Latina, do Oriente Médio e da Ásia do Leste diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de Estados (...) [e] ao estender-se ao mundo não europeu, o sistema de Estados não continuou simplesmente o mesmo” (Tilly, 1996: 278). Sendo que, no caso da América Latina em particular – acompanhando a sua tese central sobre a formação dos Estados originários –, os novos Estados independentes, que nascem da decomposição dos impérios ibéricos, jamais viveram, como na Europa, as “formas de guerra que esmagaram temporariamente os seus vizinhos, e cujo suporte gerou como produtos secundários a centralização, a diferenciação e a autonomia do aparelho estatal” (p. 262).

(iii) O Brasil, por sua vez, acaba ocupando um lugar peculiar dentro desta periferia – e isto já no século XIX. Não apenas por ter um território mais extenso, mas sobretudo por haver evitado a sua fragmentação – que ocorreu no caso hispano-americano – através da constituição, negociada com os ingleses, de algo extremamente original: nem república, nem Estado-nação, mas um novo Império tropical que nasce sem guerras de conquista. Como diz Maria da Conceição Tavares, “o novo império brasileiro, nascido à sombra de dois Impérios, um decadente e outro no auge de sua expansão mundial, manteve sob seu domínio político a expansão das oligarquias regionais em sua ocupação do espaço e estabeleceu-se aos poucos sobre um território continental unificado. Em menos de um século, os espaços econômicos decadentes da exploração colonial (...) deram lugar a um espaço dominante de acumulação, tendo como centro interno o próprio

complexo cafeeiro e como inserção internacional a economia mundial” (Tavares, 1999: 451).

(iv) A partir de então, não é difícil acompanhar o impacto das grandes inflexões econômicas e geopolíticas internacionais nas crises e mudanças internas da economia e da vida política brasileira. Mas há uma herança desta organização imperial que atravessará a história – tendo a ver com a competição e hierarquização interna de suas Províncias – e que dá origem a uma espécie de “núcleo central interno” do poder político e econômico. Competição e núcleo que se mantêm no período republicano, dando origem a um tipo peculiar de equilíbrio de poder inter-regional, decisivo na forma como se manifestam os “dois princípios” de Polanyi. Assim, não é difícil perceber que, desde nossa inscrição na periferia do capitalismo hegemônico pela Inglaterra, veio de São Paulo a principal força de sustentação do liberalismo econômico e de sua orientação internacionalizante. Enquanto tocou a uma coalizão dos demais Estados do núcleo dominante ou da sua semiperiferia, aliados com os militares, sustentar políticas protecionistas e desenvolvimentistas, mesmo quando elas acabassem favorecendo prioritariamente São Paulo. Mas, mesmo que se reconheça a importância da inflexão de estratégia econômica que ocorre no país depois de 1930, não há dúvida de que ela foi viabilizada pela crise mundial e legitimada pelo princípio do direito universal à autoproteção dos desenvolvimentos econômicos nacionais, aceito e defendido, pelas grandes potências, depois da Segunda Guerra Mundial. Além disto, haveria que reconhecer que o projeto desenvolvimentista de criação de um sistema econômico nacional jamais foi um projeto nacionalista agressivo, nem esteve associado a qualquer idéia de potência, com exceção, talvez, de dois raros momentos nas décadas de 30 e 70, quando também estavam em curso mudanças no quadro geopolítico mundial. (Fiori, 1995; Tavares, 1999).

(v) Nestes 150 anos de história imperial e republicana, entretanto, o produto e a riqueza nacionais cresceram de forma continuada, realimentados periodicamente pelos ciclos de expansão do crédito, do investimento internacional e do endividamento externo do país. Os momentos de refluxo destes ciclos internacionalizantes, os ajustes e as “substituições de importações” sempre tiveram como objetivo fundamental a preservação da riqueza mercantil e patrimonial das nossas classes proprietárias. E quando deram lugar, como depois de 1950, a uma verdadeira expansão industrial, esta seguiu apoiando-se – basicamente – na intervenção do Estado sobre o crédito e/ou investimento externo. O que importa, no caso deste tipo de economia, é, por um lado, o papel central da questão do câmbio e do crédito externo – que se transformam na principal correia de transmissão econômica entre o que ocorre no núcleo orgânico e neste tipo de periferia capitalista: uma verdadeira porta de entrada ou saída para os países que descartaram as alternativas “neomercantilistas” ou nacionalistas e optaram por alguma variante do modelo de “desenvolvimento associado”. Por

outro lado, destaca-se o papel central do controle do poder do Estado, como instrumento de preservação e multiplicação interna da riqueza – sobretudo mercantil e patrimonial –, como já foi dito. “É sobre este pano de fundo que sobressai a natureza paroxística dos debates ideológicos que atravessaram a ‘era desenvolvimentista’ e cada uma de suas crises”. Nacionalismo versus cosmopolitismo, estatismo versus liberalismo e estabilização versus crescimento, na verdade, foram sempre clivagens táticas no manejo da política econômica, só adquirindo dimensões ideológicas e estratégicas na cabeça de alguns intelectuais, dos militares e de um número reduzido de empresários industriais. Nos momentos de expansão e fuga para frente todos estiveram juntos e o debate arrefeceu, mas o consenso se desfez em todas as reversões cíclicas. Nos primeiros momentos agigantava-se a face desenvolvimentista, nos outros, reacendia-se a ira antiestatal e a força dos liberal-internacionalizantes... (Fiori, 1995: 81).

(vi) Neste sentido, pode-se dizer que, apesar de alguns momentos isolados, nossas elites econômicas nunca tiveram necessidade de atrelar a defesa e acumulação de sua riqueza mercantil e patrimonial a qualquer tipo de projeto nacional e popular. Pode-se dizer mesmo que a expansão da “riqueza brasileira”, ao não passar pela competição interestatal, tampouco precisou passar pela ideologia da nação, uma vez que nunca precisou e nem sequer se propôs integrar – ainda que fosse no plano simbólico ou ideal – o processo de desenvolvimento econômico com a homogeneização social ou cultural do território e sua população. Desde a nossa versão local e regionalista das “revoluções democráticas”, nas décadas de 1840 e 1850, que o discurso republicano de nossas elites regionais, comprimidas entre o império e o medo da rebelião social, não pôde nem precisou transformar-se em discurso nacional. Como disse Tavares, “as nossas reformas burguesas sempre tiveram como limites dois medos seculares das nossas elites ilustradas: o medo do Império e o medo do Povo” (Tavares, 1999: 453).

(vii) Uma trajetória que nos dá uma pista para compreender por que, pelo menos até a década de 30, as iniciativas democratizantes e regulatórias das relações de trabalho e de proteção social só apareceram no campo político em alguns poucos países latino-americanos, semelhando uma espécie particular de domínios informais da Inglaterra, como foi o caso da Argentina e do Uruguai. Enquanto no Brasil, este mesmo princípio ou movimento de autoproteção social só se manifestou de forma tardia, depois da abolição da escravidão, em 1888, e sobretudo depois de 1920. E se nos compararmos (do ponto de vista histórico, sem nenhum juízo de valor nem prescrição normativa) com a semiperiferia européia, veremos que, mesmo depois da década de 20, só em dois rápidos momentos – nas décadas de 30 e 70 – pode-se dizer que houve uma certa convergência entre os movimentos de autoproteção nacional e regulação autoritária das relações sociais. Em verdade, a ação do “princípio de autoproteção social”, no Brasil, foi extremamente lenta e não seguiu a trajetória das revoluções

democráticas e socialistas européias, nem a das modernizações autoritárias e “pelo alto”, ficando mais próxima da evolução secular dos Estados Unidos, com quem nossas elites já haviam partilhado – em sua Inconfidência Mineira – o sonho da criação de um república escravocrata.

(viii) Do nosso ponto de vista, passa por aí a explicação de por que, embora a “questão nacional” tenha sido tematizada no Brasil sem nenhum “atraso” em relação ao resto do mundo semiperiférico, foi sempre um problema dos nossos intelectuais e militares, muito mais do que de nossas elites políticas e econômicas. Não é casual o fato de que a intelectualidade brasileira esteja há 150 anos se debatendo sem sucesso, na tentativa de formular um conceito e um projeto de nação que pudesse dar conta dessa aparente “desconjunção” brasileira, enquanto o “país real” dos donos do poder e da riqueza expandia-se, de forma cíclica mas continuada, através das portas abertas pelo liberalismo-internacionalizante e de costas para o povo. Na verdade, este “país real” nunca precisou da idéia de nação e sua vontade política dirigente nunca apontou efetivamente para a “construção de um sistema de decisões e produção capaz de definir e hierarquizar por si mesmo, objetivos coletivos ou nacionais”.

(ix) Neste ponto, pode ser de enorme importância e fecundidade – para discutir a base material da “desconjunção – a separação que faz Braudel entre os planos e os tempos da vida material e quotidiana da maioria da população que constrói sua sobrevivência diária através do país, praticamente à margem da rede de trocas que o atravessa, desde o século XVIII. Construção marginal que faz do território brasileiro uma imensa economia de mercado, distinguindo-o do espaço em que se reproduz e acumula a riqueza propriamente capitalista, articulada, desde sempre, às possibilidades abertas pelas sucessivas ordens mundiais “liberal-internacionalizantes”.

10. É por isto que no Brasil, como na Rússia, coube às suas *intelligenzias* um papel tão importante na tentativa de identificar as próprias raízes e encontrar uma identidade nacional em que pudesse se sustentar um projeto coletivo de modernização econômica, social e política e que culminasse na construção de uma Nação. Mas é por isto, também, que este esforço impotente acabou se transformando num sentimento permanente de “inconclusividade nacional”. Ela tem uma base material e social que se mantém e se manifesta de forma explícita na história intelectual brasileira, desde – pelo menos – nossa literatura romântica e a “escola cientificista” do Recife. É verdade que alcança um nível de rara densidade e beleza na obra de Machado de Assis, como nos ensinou, já faz tempo, Roberto Schwarz. Entretanto, do nosso ponto de vista, foi nos “modernismos” dos anos 20 que se explicitou de maneira mais transparente a ambigüidade e dificuldade dos intelectuais para chegarem a um consenso que fundasse um

projeto nacional e popular para o país. Não cabe aqui entrar neste debate sobre a história intelectual do nosso conceito de “endogenia” e nação, mas a verdade é que, se olharmos com cuidado para a hegemonia do projeto liberal da década de 90 das nossas elites econômicas e políticas e dos seus intelectuais orgânicos, podemos inclusive pensar que se trata, ainda, de uma das mais acabadas obras “modernistas”. E, nesta direção, pode-se levantar a hipótese de que o país, hoje, está sendo conduzido por uma aliança verdadeiramente “antropofágica” e bem-sucedida entre o “cosmopolitismo” dos jardins paulistas, atrelado às “altas finanças internacionais”, e o “localismo” dos donos do “sertão” e da “malandragem” urbana. Uma aliança de poder que estaria conseguindo, finalmente, concluir a construção interrompida de um projeto secular de inserção internacional e transnacionalização interna dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras.

É bem verdade que também se pode pensar na hipótese de que a ambigüidade material e social e a fragilidade financeira do nosso capitalismo periférico se manterão; podendo, em algum momento, provocar uma reviravolta interna dentro das forças conservadoras, na direção de mais um ciclo de “fuga para frente”; ciclo que ainda seria sustentado pela abundância de crédito internacional, mas que se voltaria uma vez mais para a expansão da atividade produtiva. Neste caso, com toda certeza, deve retornar ao primeiro plano da agenda das oposições populares ao atual projeto liberal outra velha advertência de Celso Furtado, que já não tem a ver com a discussão sobre a viabilidade ou não do crescimento econômico, e sim com a da possibilidade de sua democratização, o “ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser agora, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”.

José Luís Fiori é professor titular da
UFRJ e da UERJ.

Bibliografia

- ANDERSON, P. *L'état absolutiste. Ses origines et ses voies*. Paris: François Maspero, 1978.
- ARANTES, P. E. *O sentimento da dialética*. São Paulo, 1992.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Unesp, 1995.
- DEYON, P. *O mercantilismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- FIORI, J. L. Sonhos prussianos e crises brasileiras. In: _____. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

- FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *Brasil – A construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HECKSHER, E. *La época mercantilista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- SCHWARTZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.
- TILLY, C. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- _____, FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

Resumo

O artigo discute a hipótese de Celso Furtado de que o Brasil enfrenta, nos anos 90, uma interrupção do seu processo de formação econômica nacional junto com a perda de sua esperança de desenvolvimento. O argumento retoma a trilha da tradição estruturalista, introduzindo a dimensão do poder estatal e da geopolítica internacional na análise das relações centro-periferia. Retrocede, portanto, até a origem conjunta do capitalismo e do seu sistema interestatal de gestão política, para repensar a especificidade de Estados nascidos fora do núcleo central do sistema e distantes de sua incessante competição interna por novos “territórios econômicos”. A partir daí, e apoiado na idéia do “duplo movimento” de Karl Polanyi, o artigo explora a hipótese de que o projeto “liberal-internacionalizante” seja tão ou mais antigo e forte do que o projeto de formação de um sistema econômico nacional, dentro da intelectualidade brasileira, e em particular dentro das elites e da intelectualidade paulista.

Palavras-chave: Formação nacional; Cosmopolitismo; Sistema interestatal; Estados e moedas.

Abstract

The article discusses Celso Furtado's hypothesis that Brazil faces, in the 1990s, an interruption of its process of national economic formation. The reasoning draws upon the structuralist tradition, introducing state power and international geopolitics into the center-periphery analysis. It goes back to the common origin of capitalism and its interstate system of political management, so as to rethink the specificity of peripheral states. After that, and based on Karl Polanyi's idea of “double-movement”, it explores the hypothesis that the “liberal-internationalizing” project is at least as old and strong as the project of formation of a national economic system, as conceived by Brazilian intellectuals, and specially by São Paulo's *elites* and intellectuality.

Key words: National formation; Cosmopolitism; Interstate system; States and currency.